



ANO 14 Nº 8
Agosto de 2005

**Carta
de**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

A balança comercial do RS no primeiro semestre de 2005

No primeiro semestre de 2005, a balança comercial do RS registrou um saldo positivo menor do que o do mesmo período de 2004, devido tanto ao fraco desempenho de suas exportações como ao forte crescimento de suas importações. Enquanto as exportações brasileiras cresceram 23,95% no período, as vendas do Estado ao exterior aumentaram apenas 5,81%. Já as importações gaúchas registraram um incremento de 30,49% contra uma elevação de 20,16% nas compras externas do País. Em consequência, ao passo que o saldo comercial do Brasil aumentou 31,09% no primeiro semestre deste ano, no RS, ele se retraiu em 21,09%, quando comparado ao dos primeiros seis meses de 2004. Mesmo assim, o RS ainda se manteve como o terceiro estado exportador do País, atrás de São Paulo e de Minas Gerais.

A estiagem no verão passado e a valorização cambial têm sido apontadas como as principais causas da pequena taxa de crescimento das vendas estaduais ao exterior. Os produtos básicos e os semimanufaturados, compostos, em grande parte, por bens agrícolas, tiveram retração de vendas no semestre, e apenas os manufaturados apresentaram crescimento em suas exportações. Mesmo assim, as receitas com os calçados de couro natural (principal produto da pauta exportadora gaúcha) elevaram-se apenas 4,7% no período, impulsionadas pelo aumento do preço médio, já que as quantidades embarcadas diminuíram. Os calçados foram afetados pela valorização cambial, tendo em vista a pouca utilização de componentes importados, o que atenuaria, em parte, a questão do câmbio. Ressaltam-se o aumento de 29,2% nas exportações de bens de capital pelo Estado e a queda de 7,7% nas vendas de bens intermediários, esta afetada pela redução de 83,8% nas exportações de alimentos e bebidas destinados à indústria.

Os principais produtos exportados pelo RS nos primeiros seis meses de 2005 foram: calçados de couro; fumo; carne de frango; tratores e suas peças; farelo de soja; carne suína; polietileno; carrocerias para ônibus; óleo de soja; colheitadeiras; e benzeno. E os principais destinos das exportações gaúchas foram: Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Chile, Reino Unido, China, Rússia, México e Itália. Vale destacar-se que a China, mesmo fazendo parte da lista dos maiores mercados para os produtos gaúchos, apresentou uma redução de mais de 60% nas suas compras do RS, visto que o principal produto para lá exportado pelo Estado é a soja, cujas vendas se retraíram sobremaneira neste ano. Em contrapartida, as vendas do RS para o Chile, a Rússia e o México tiveram um

forte incremento. Para o Chile, os principais produtos exportados foram polietileno; carrocerias; reboques; tratores; e carne bovina. Para a Rússia, o RS vendeu carnes de suíno e de frango, fumo, calçados de couro e colheitadeiras. E, para o México, o Estado exportou carrocerias; tratores e suas partes; calçados de couro; aparelhos de ar condicionado e suas partes; e fumo.

Já as importações gaúchas se originaram principalmente da Argentina, da Nigéria, da Argélia, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália, da China e do Uruguai. Os principais produtos importados pelo Estado continuaram sendo combustíveis e lubrificantes, mas o aumento nessas despesas deveu-se exclusivamente à elevação nos preços, já que o volume diminuiu. Por outro lado, diferentemente do Brasil, cujas importações de bens de capital se elevaram 23,1%, as compras externas de bens de capital pelo Estado cresceram 89,6%, favorecidas principalmente pelo baixo preço do dólar e pela perspectiva de crescimento da economia gaúcha para 2005, embora esta não se tenha concretizado. Como existe uma certa defasagem entre a encomenda e a entrega da mercadoria e, para bens de capital, esse espaço de tempo, em geral, é um pouco maior, muitas encomendas foram realizadas meses atrás, quando se esperava uma taxa de crescimento razoável para o PIB gaúcho neste ano. Também contribuiu para o aumento das importações de bens de capital pelo RS a entrada em funcionamento do centro de distribuição da Toyota, com importações de veículos para carga.

Balança comercial do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./04 e jan.-jun./05

(US\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		
	Exportações	Importações	Saldo
Jan.-jun./04	43 306 468	28 303 706	15 002 762
Jan.-jun./05	53 677 167	34 010 320	19 666 847
Variação %	23,95	20,16	31,09

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL		
	Exportações	Importações	Saldo
Jan.-jun./04	4 542 856	2 369 180	2 173 676
Jan.-jun./05	4 806 904	3 091 590	1 715 314
Variação %	5,81	30,49	-21,09

FONTE: MDIC/SECEx/DEPLA/GEREST.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

A mudança no perfil etário da população gaúcha

No início do século XX, a população do RS era pouco mais de um milhão de pessoas, tendo alcançado a marca de 10 milhões no final do século. O crescimento populacional, ao longo desse período, foi acentuado até a década de 60, desacelerando-se posteriormente. Assim, por exemplo, entre 1940 e 1960, a população do Estado teve um acréscimo de 61,6% e, entre 1980 e 2000, de apenas 31,1%. Grande parte desse freio no crescimento populacional deve-se à acentuada diminuição da fecundidade nesse período. A fecundidade das mulheres gaúchas, que era de 4,9 filhos por mulher no início da década de 60, atualmente está no nível de reposição, ou seja, 2,1 filhos por mulher. Apesar disso, devido ao elevado contingente de pessoas em idade reprodutiva, a população do Estado continua crescendo.

Essa alteração tem proporcionado uma mudança significativa no perfil etário. Assim, até 1970, mais da metade da população do Rio Grande do Sul tinha menos de 20 anos, tendo essa participação se reduzido para 35,5% em 2000. A participação da população adulta, de 20 a 59 anos, manteve-se crescente no mesmo período, mas deverá começar a cair na próxima década. A população com 60 anos ou mais tem cada vez maior peso no contingente populacional: cresceu de 5,8% para 10,5% entre 1970 e 2000 e deverá representar 16,4% da população total do Estado em 2020. Em termos absolutos, em 2020, o Estado deverá ter aproximadamente dois milhões de gaúchos com 60 anos ou mais.

População total e estrutura etária no Rio Grande do Sul — 1900-2020

ANOS	POPULAÇÃO	ESTRUTURA ETÁRIA (%)		
		De 0 a 19 Anos	De 20 a 59 Anos	60 Anos ou Mais
1900	1 149 070	59,0	37,6	3,4
1920	2 182 713	57,2	38,6	4,2
1940	3 320 689	53,8	42,1	4,2
1950	4 164 821	52,4	43,1	4,5
1960	5 366 720	51,9	43,0	5,1
1970	6 664 891	50,3	44,0	5,8
1980	7 773 837	44,0	48,9	7,2
1991	9 138 670	38,9	52,2	8,9
2000	10 187 798	35,5	54,0	10,5
2005	10 749 595	33,2	55,7	11,1
2010	11 276 168	31,5	56,1	12,4
2015	11 749 470	30,1	55,7	14,2
2020	12 152 471	28,9	54,7	16,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (dados censitários: 1900 a 2000).

FEE/CIE/NIS (projeções populacionais: 2005 a 2020).

Maria de Lourdes Teixeira Jardim (FEE/CIE)

O bom desempenho das exportações gaúchas de carne

Apesar da sobrevalorização do real, a entrada de divisas como resultado das exportações agrícolas continua garantindo os saldos comerciais consideráveis para o País.

O segmento gaúcho exportador de carnes é um exemplo desse fato, ao apresentar um incremento nas vendas externas da ordem de 42,5% nestes primeiros seis meses de 2005, quando comparados a igual período do ano anterior. Perfazendo a soma de US\$ 649,2 milhões, ou seja, 17,9% do valor total das exportações brasileiras de carne até o presente momento, o Estado tem figurado na terceira posição do *ranking* dos maiores exportadores nacionais, situando-se atrás somente de São Paulo, que totaliza 27,4% do valor comercializado, e de Santa Catarina, que responde por 21,0%. Caracterizadas pelos aumentos expressivos verificados, nesse mesmo período, para o comércio externo de suínos, que praticamente dobrou, e também de bovinos (53,6%) e de frangos (32,1%), as exportações gaúchas registraram variações superiores às nacionais para todos os tipos de carne e tiveram como principais destinos os países do Oriente Médio, Rússia e Japão.

Exportações de carnes do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./04 e jan.-jun./05

TIPOS DE CARNES	BRASIL		
	Jan.-Jun./04 (US\$)	Jan.-Jun./05 (US\$)	Δ%
Frangos	1 221 814 220	1 521 709 312	24,5
Bovinos	1 088 342 686	1 424 503 123	30,9
Suínos	293 277 498	533 563 895	81,9
Outras	159 845 647	156 106 123	-2,3
TOTAL	2 763 280 051	3 635 882 453	31,6
TIPOS DE CARNES	RIO GRANDE DO SUL		
	Jan.-Jun./04 (US\$)	Jan.-Jun./05 (US\$)	Δ%
Frangos	301 331 842	397 952 688	32,1
Bovinos	53 392 381	82 013 182	53,6
Suínos	68 880 773	137 212 672	99,2
Outras	31 971 520	32 003 938	0,1
TOTAL	455 576 516	649 182 480	42,5

FONTE: MDIC/Sistema Alice.

Elvin M. Fauth (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

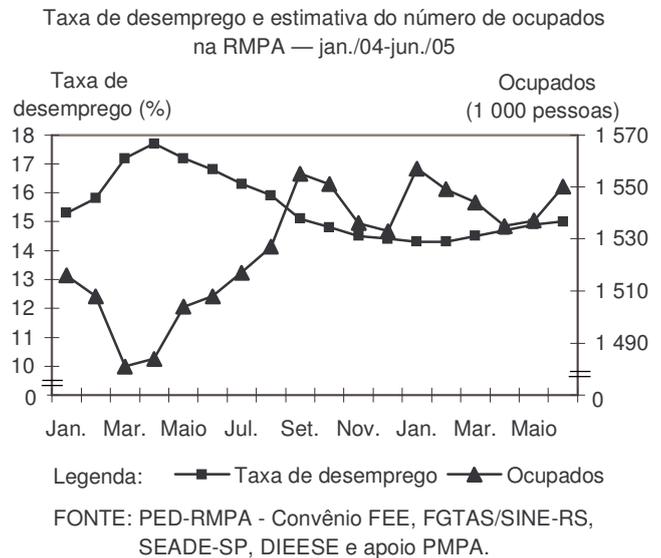
Carta de Conjuntura - Ano 14 nº 8

Evolução pouco favorável do mercado de trabalho na RMPA, no primeiro semestre

O comportamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no primeiro semestre de 2005, indica que a trajetória favorável observada no decorrer de 2004 dá sinais de arrefecimento. De fato, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA) até junho mostram que a taxa de desemprego total vem subindo no decorrer deste semestre, embora se situe em patamar inferior ao do mesmo período de 2004: tomando-se o mês de jun./05, essa taxa foi de 15,0% da População Economicamente Ativa, face aos 16,8% registrados no mesmo mês do ano anterior. Quanto ao nível ocupacional, houve crescimento de 1,0% entre dez./04 e jun./05, registrando-se forte recuperação do assalariamento com carteira de trabalho assinada (mais 50 mil postos) e queda em formas de inserção precárias, tais como o assalariamento sem carteira e o emprego doméstico. Todavia o comportamento oscilante da ocupação, já observado desde o último trimestre de 2004, interrompe a trajetória ascendente que marcou o ano anterior, o qual encerrou com um contingente médio de ocupados de 1,52 milhão de pessoas (45 mil a mais do que no ano precedente). Os rendimentos médios reais do trabalho, por sua vez, têm-se situado em níveis inferiores aos registrados no ano anterior, na comparação mensal: em maio/05, o rendimento médio real de R\$ 903 estava 1,4% abaixo do valor de maio/2004.

Contribuíram para tais resultados, no semestre, tanto a valorização cambial quanto a estiagem que prejudicou a safra

agrícola, fatores estes que afetam sobremaneira a economia do Estado gaúcho, dado seu perfil exportador e o peso do setor agrícola.



Míriam De Toni (FEE/CPED)

Desaceleração do comércio varejista gaúcho

Segundo a **Pesquisa Mensal do Comércio** do IBGE (PMC-IBGE), o volume de vendas do comércio varejista gaúcho apresentou queda de 7,1% em maio/05, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. A quebra da safra agrícola decorrente do período de estiagem no início do ano e o fraco desempenho do setor industrial são fatores que contribuíram para essa má *performance*.

Sua evolução no decorrer dos cinco primeiros meses do ano reflete um movimento tendencialmente declinante, esboçando um quadro pessimista para o setor. Em janeiro, as vendas apresentaram um acréscimo de 6,2% em relação a igual mês do ano anterior. No entanto, as taxas foram gradativamente caindo, apresentando valores de 2,5%, -0,7%, -3,5% para os meses de fevereiro, março e abril de 2005, até obter taxa de -7,1% em maio.

Esse desempenho do comércio do Rio Grande do Sul é inferior ao apresentado pela média nacional em todos os meses do ano. Em maio/05, o volume de vendas do comércio brasileiro apresentou taxa positiva de 1,8% em relação a maio/04.

As atividades comerciais gaúchas que apresentaram desempenhos negativos em maio, em comparação com igual mês do ano anterior, foram: combustíveis e lubrificantes (-20,1%); veículos, motos, partes e peças (-13,5%); tecidos, vestuário e calçados (-20,1%); material de construção (-8,8%); e móveis e eletrodomésticos (-0,4%). Com bom desempenho, destacam-se os segmentos: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; e livros, jornais, revistas e papelaria, que apresentaram crescimentos de 1,7% e 11,7%, superiores aos 1,2% e -0,2% da média nacional das respectivas atividades.

Variação mensal do volume de vendas do comércio varejista ampliado, segundo grupos de atividades, no BR e no RS — jan.-maio/05

ATIVIDADES	JAN		FEV		MAR		ABR		MAIO	
	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR	RS	BR
Combustíveis e lubrificantes	-6,5	-1,1	-11,9	-6,2	-11,2	-8,7	-21,8	-9,9	-20,1	-7,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,3	6,3	6,8	0,9	12,9	9,7	-1,5	-1,2	1,7	1,2
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	4,2	-8,4	0,1	-4,3	0,6	6,0	14,8	-20,1	-6,1
Móveis e eletrodomésticos	14,8	19,6	4,0	16,9	0,6	17,8	7,4	24,0	-0,4	18,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	1,9	0,3	-0,8	1,3	-1,0	1,8	-0,7	5,4	0,3	5,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,8	-7,6	12,8	14,4	1,3	-0,3	12,2	4,6	11,7	-0,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,0	-15,0	28,7	31,8	-1,2	36,9	16,5	68,2	12,7	51,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,4	11,6	69,3	8,3	13,4	25,0	44,8	11,6	2,1	9,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	13,6	11,4	-0,4	-0,9	-8,4	0,6	-8,3	4,9	-13,5	1,8
Material de construção	-2,5	1,1	-6,6	-4,4	-13,2	-10,3	-11,8	-3,2	-8,8	-7,0
TOTAL	6,2	7,4	2,5	1,1	-0,7	4,2	-3,5	3,4	-7,1	1,8

FONTE: IBGE/Pesquisa Mensal do Comércio.

NOTA: Os dados têm como base igual mês do ano anterior.

Sérgio Fischer (FEE/CIE)

Outra visão sobre o déficit da Previdência Social

Os dados do Ministério da Previdência Social (MPS) sobre o resultado das contas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, mostram que, em 2004, o saldo previdenciário (diferença entre a arrecadação líquida proveniente das contribuições dos segurados e o pagamento dos benefícios urbanos e rurais) foi deficitário no montante de R\$ 32 bilhões. Assim, o sistema previdenciário apresentou déficit mais uma vez; situação que persiste desde 1996.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), em contraponto aos dados oficiais, elabora, anualmente, um balanço consolidado do sistema de seguridade social, ressaltando que a Previdência Social é parte integrante desse sistema, conforme os artigos 194 e 195 da Constituição Federal.

A análise da Anfip demonstra que, em 2004 — sem considerar as receitas da União que são drenadas pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) e por outros mecanismos, para fazer ajuste fiscal —, ocorreu um saldo positivo de R\$ 42,53 bilhões nas contas da seguridade social e que, mesmo com a inclusão da DRU, houve um saldo positivo de R\$ 17,63 bilhões. O estudo da Anfip ainda destaca que, somente de 2000 a 2004, foram utilizados recursos da seguridade social da ordem de R\$ 165 bilhões para contribuir no superávit primário da União.

Também é mencionado na análise da Anfip o **Demonstrativo do Fluxo de Caixa** do INSS, onde é retratado o resultado do RGPS com o cômputo das receitas arrecadadas diretamente pelo INSS e com as oriundas das demais fontes de financiamento da seguridade social (Cofins, CSLL, CPMF, etc.), que constituem o denominado saldo operacional, que é o total das receitas recolhidas menos o total pago com benefícios do INSS. Esse saldo operacional também teve um resultado positivo, em 2004, de R\$ 8,26 bilhões, contrastando com o déficit oficial da Previdência de R\$ 32 bilhões.

A previdência rural, voltada para os trabalhadores em regime de economia familiar, é considerada um sistema “pouco contributivo”, na medida em que o montante das contribuições fica muito aquém do pagamento total em benefícios. Em 2004, o subsistema de previdência rural contribuiu com apenas 8,5% (R\$ 1,93 bilhão) do total de seus gastos (R\$ 22,76 bilhões), deixando o grosso do pagamento de benefícios rurais por conta das contribuições urbanas e de repasses do Tesouro. Na verdade, de acordo com a Anfip, “(...) trata-se de um programa de renda mínima de grande alcance social, um dos maiores do mundo”.

Portanto, segundo a Anfip, o chamado déficit da Previdência Social resulta de um conceito que isola o RGPS do sistema de seguridade social, distorce a composição de seu orçamento e omite da sociedade que os repasses constitucionais das fontes exclusivas de recursos, que deveriam ser alocados nos programas afins de saúde, previdência e assistência social, são realocados para outras finalidades, como o pagamento dos juros da dívida pública.

Receitas e despesas da seguridade social
no Brasil — 2004

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(R\$ bilhões)	
RECEITAS	
Receita previdenciária líquida	93,77
Outras receitas do INSS	1,24
Cofins	77,29
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	19,31
Concursos de prognósticos	1,45
CPMF	26,39
Receitas próprias do Ministério da Saúde	0,81
Outras contribuições sociais	0,07
Total das receitas	220,34
DESPESAS	
Pagamento total de benefícios	134,07
Benefícios previdenciários	125,75
Urbanos	102,99
Rurais	22,76
Benefícios assistenciais	7,58
Renda mensal vitalícia	1,85
Lei Orgânica da Assistência Social	5,73
EPU - legislação especial	0,74
Saúde	32,15
Assistência social geral	5,67
Custeio e pessoal ativo do MPS e do MAS	4,07
Outras ações da seguridade	1,84
Total das despesas	177,80
SALDO FINAL	42,53

FONTE: Anfip.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.07.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.